



REVISTA EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

ISSN 3086-5980

**SIGNIFICAÇÕES DOCENTES E
PROCESSOS INFORMACIONAIS NA
EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA**
UMA REVISÃO DE LITERATURA

DOI: 10.69609/3086-5980.2026.v1.n1.a4155



SIGNIFICAÇÕES DOCENTES E PROCESSOS INFORMACIONAIS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

UMA REVISÃO DE LITERATURA

DOI: 10.69609/3086-5980.2026.v1.n1.a4155

Patricia Mara Tolomelli Nunes¹ • Virginia Mara Próspero da Cunha²

¹ Mestranda em Educação na Universidade de Taubaté - Unitau. Formada em Letras, Pedagogia e Educação Especial, com pós-graduação em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional; e em Educação Especial com Ênfase em Transtorno. Apoio e desenvolvimento aos indivíduos com deficiência e necessidades educacionais especiais. É professora especialista na Prefeitura Municipal de Taubaté-SP. Experiência na área de Educação, com ênfase em Educação e Diversidade.

² Licenciada em Educação Física (1986) e em Pedagogia, habilitação em Administração Escolar, pela Unitau (1989); licenciada em Pedagogia, habilitação em Magistério, pela Faculdade de Educação de Guaratinguetá (1996); mestra (2003) e doutora (2009) em Educação: Psicologia da Educação, pela PUC-SP; professora do ensino fundamental I e II, diretora de escola e coordenadora pedagógica (orientador educacional) na SEE (1986-2006). Na Universidade de Taubaté (Unitau), atuou como professora assistente III, efetiva, titular da disciplina: Educação Física Escolar (1997 a 2021); coordenadora pedagógica do curso de Educação Física (2008 a 2010 e 2016 a 2019); diretora do Departamento de Educação Física (2011 a 2016). Atualmente, é professora permanente do Mestrado Profissional em Educação (MPE) e do Mestrado Acadêmico em Ciências da Saúde, da Universidade de Taubaté.

RESUMO

A Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva tem se consolidado no Brasil a partir de um expressivo conjunto de marcos legais que asseguram o direito à escolarização dos estudantes público-alvo da Educação Especial em classes comuns do ensino regular. Contudo, a efetivação desses princípios no cotidiano escolar revela tensões entre as normativas legais e as condições concretas do trabalho docente, especialmente no que se refere à formação de professores, às práticas pedagógicas e, de modo central, à organização e circulação das informações educacionais que sustentam os processos informacionais da educação inclusiva. Este artigo tem como objetivo, a partir de uma revisão bibliográfica integrativa, analisar o contexto da Educação Especial inclusiva no Brasil, com ênfase nas significações docentes, nas mediações institucionais e nos processos informacionais que estruturam o trabalho pedagógico inclusivo. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, fundamentado em produções acadêmicas que dialogam com a Educação Especial inclusiva, a formação docente e os pressupostos da Psicologia Sócio-histórica, atendendo aos ODS 4 e 10. A literatura analisada indica que a fragmentação na organização e circulação das informações pedagógicas, a fragilidade das práticas colaborativas e as lacunas na formação docente tendem a comprometer a continuidade do trabalho pedagógico e a efetivação da inclusão escolar. Nesse sentido, os estudos revisados apontam para a necessidade de fortalecer as mediações institucionais, qualificar os processos formativos e promover maior sistematização dos processos informacionais no contexto escolar, de modo a favorecer a construção de práticas inclusivas mais articuladas.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação Inclusiva. Processos Informacionais. Significações Docentes. Mediações Institucionais.

ABSTRACT

Special Education from the perspective of inclusive education has been consolidated in Brazil through a significant set of legal frameworks that ensure the right to schooling for students who are the target audience of Special Education within regular classrooms. However, the implementation of these principles in the school routine reveals tensions between legal regulations and the concrete conditions of teaching work, especially regarding teacher education, pedagogical practices and, centrally, the organization and circulation of educational information that support the informational processes of inclusive education. This article aims, based on an integrative literature review, to analyze the context of inclusive Special Education in Brazil, with emphasis on teachers' significations, institutional mediations and informational processes that structure inclusive pedagogical practices. This is a qualitative study grounded in national academic productions that dialogue with inclusive Special Education, teacher education and the assumptions of Socio-historical Psychology, meeting ODSs 4 and 10. The analyzed literature indicates that fragmentation in the organization and circulation of pedagogical information, the fragility of collaborative practices, and gaps in teacher education tend to compromise the continuity of pedagogical work and the effective implementation of school inclusion. In this sense, the reviewed studies point to the need to strengthen institutional mediations, improve teacher education processes, and promote greater systematization of informational processes within the school context in order to foster the development of more articulated inclusive practices.

Keywords: Special Education. Inclusive Education. Informational Processes. Teachers' Meanings. Institutional Mediations.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar na educação básica consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos principais eixos das políticas educacionais brasileiras, especialmente a partir do fortalecimento da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. A ampliação do acesso de estudantes público-alvo da Educação Especial às classes comuns do ensino regular representa um avanço significativo no campo dos direitos educacionais. No entanto, a literatura tem evidenciado que a garantia do acesso não assegura, por si só, condições efetivas de aprendizagem, desenvolvimento e permanência escolar. Nesse sentido, a inclusão escolar não pode ser compreendida apenas como o cumprimento de dispositivos legais, mas como um processo social complexo, historicamente situado, atravessado por mediações institucionais, organizacionais e subjetivas que se expressam no cotidiano das escolas.

Estudos recentes apontam que as tensões entre o discurso normativo da inclusão e as condições concretas do trabalho docente permanecem como um dos principais desafios para a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas. Questões relacionadas à formação inicial e continuada de professores, à organização do trabalho pedagógico, à fragmentação das informações educacionais e à fragilidade da articulação entre os diferentes serviços e profissionais que atuam na escola incidem



diretamente sobre a atuação docente e sobre a qualidade do atendimento oferecido aos estudantes público-alvo da Educação Especial. Assim, compreender como a inclusão escolar se materializa na prática exige deslocar o olhar de abordagens prescritivas para análises que considerem o trabalho docente em sua dimensão histórica, social e institucional.

Nesse contexto, a Psicologia Sócio-histórica oferece contribuições teóricas relevantes para a compreensão da inclusão escolar como processo social. Ancorada no materialismo histórico-dialético, essa perspectiva compreende o sujeito como constituído nas relações sociais e a atividade docente como prática mediada por condições objetivas e por processos de significação. A partir desse referencial, a inclusão escolar passa a ser analisada não apenas como política pública, mas como experiência vivida e significada pelos professores, produzida em meio às contradições que atravessam o espaço escolar e as formas de organização do trabalho pedagógico.

Ao considerar a centralidade da docência na efetivação da educação inclusiva, torna-se fundamental analisar as mediações institucionais e os processos de organização e circulação das informações pedagógicas que sustentam o trabalho escolar. A literatura tem indicado que a fragmentação informacional, a ausência de registros articulados e a fragilidade dos espaços coletivos de planejamento e reflexão comprometem a continuidade das práticas pedagógicas e dificultam a construção de ações inclusivas mais coerentes e integradas. Essas condições incidem diretamente sobre os sentidos que os professores produzem acerca de suas práticas, de suas responsabilidades e da própria inclusão escolar.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar, a partir de uma revisão de literatura, as principais contribuições teóricas que compreendem a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva como um processo social, com ênfase nas práticas docentes, nas mediações institucionais e nos processos informacionais que atravessam o cotidiano escolar. Ao dialogar com produções que abordam a trajetória da Educação Especial e Inclusiva no Brasil, a formação de professores e os pressupostos da Psicologia Sócio-histórica, busca-se evidenciar como as práticas inclusivas são construídas no interior de mediações históricas, sociais e institucionais, reafirmando a centralidade do trabalho docente na efetivação da educação inclusiva.

Os achados desta revisão constituem o fundamento teórico e analítico para o desenvolvimento



de uma dissertação no âmbito do Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté (UNITAU), cuja próxima etapa da pesquisa se dedicará à apreensão das significações produzidas por professores da educação básica acerca dos processos informacionais que orientam o atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial em uma rede municipal de ensino.

Essa discussão articula-se diretamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente ao ODS 4 – Educação de Qualidade, ao problematizar as condições pedagógicas, formativas e institucionais necessárias para a garantia de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e ao ODS 10 – Redução das Desigualdades, ao evidenciar os desafios enfrentados pelos sistemas educacionais na promoção da inclusão escolar de estudantes público-alvo da Educação Especial. Ao analisar criticamente as práticas docentes, as mediações institucionais e os processos informacionais, o artigo contribui para a reflexão sobre políticas e práticas educacionais comprometidas com a redução das desigualdades e com a efetivação do direito à educação.

REFERENCIAL TEÓRICO

A revisão de literatura evidencia que a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, no contexto brasileiro, configura-se como um processo histórico em permanente construção, atravessado por tensões entre marcos legais, culturas escolares e condições concretas de trabalho. A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) ampliaram de forma significativa o reconhecimento de direitos e reafirmaram a escolarização dos estudantes público-alvo da Educação Especial no interior do ensino comum. Entretanto, conforme analisam Coelho et al. (2023), a consolidação desses dispositivos normativos não garante, por si só, a efetivação de práticas inclusivas consistentes no cotidiano escolar. Essa leitura converge com as contribuições de Reis e Gusmão Coutinho (2024), ao evidenciarem a permanência de distanciamentos entre o que é previsto legalmente e o que se concretiza nas práticas escolares.

Nesse cenário, a literatura aponta que as dificuldades de materialização da inclusão não podem ser interpretadas apenas como falhas na implementação das políticas públicas. Trata-se, antes, da expressão de mediações institucionais, organizacionais e culturais que incidem diretamente



sobre o trabalho docente. Mantoan (2011) destaca que a inclusão escolar exige a ruptura com lógicas segmentadoras historicamente cristalizadas na escola, implicando transformações na organização do ensino, do currículo, da avaliação e das relações pedagógicas. Contudo, como observam Silva e Carvalho (2017), a apropriação fragmentada das políticas de Educação Especial, associada à insuficiência de mediações institucionais como tempos coletivos de planejamento, orientações sistematizadas e espaços formais de diálogo fragiliza a tradução das diretrizes inclusivas em práticas pedagógicas contínuas e articuladas.

A formação docente emerge, de modo recorrente, como dimensão estruturante para a efetivação da educação inclusiva. Estudos recentes indicam que lacunas persistentes na formação inicial e continuada repercutem diretamente na segurança pedagógica dos professores e na continuidade do trabalho educativo. Lopes et al. (2023) evidenciam que muitos docentes e futuros professores não se sentem preparados para atender estudantes público-alvo da Educação Especial, revelando fragilidades formativas que impactam suas práticas. De forma convergente, Stoffel et al. (2024) ressaltam que a ausência de suporte institucional, infraestrutura adequada e acompanhamento multiprofissional tende a intensificar sentimento de insegurança e resistência frente às demandas inclusivas. Essa discussão dialoga com Mantoan (2011), ao enfatizar que a formação docente para a inclusão envolve a ressignificação das práticas pedagógicas e das concepções sobre a diferença, e não apenas a aquisição de conhecimentos técnicos.

No que se refere ao Atendimento Educacional Especializado, Perão e Cunha (2021) destacam que sua efetividade depende da articulação com o ensino comum e da organização institucional do trabalho pedagógico. Para as autoras, o AEE, quando concebido como serviço integrado ao projeto pedagógico da escola, contribui para a formação dos alunos da Educação Especial e para a corresponsabilização dos profissionais envolvidos. Tal articulação exige condições institucionais que favoreçam o diálogo entre professores, a definição clara de atribuições e a circulação qualificada das informações educacionais.

A incorporação da Psicologia Sócio-histórica como referencial teórico aprofunda a compreensão desses processos ao evidenciar que os sentidos e as significações produzidos pelos professores acerca da inclusão se constituem em mediações histórico-sociais. Bock, Gonçalves e



Furtado (2021) afirmam que a prática docente expressa uma totalidade complexa de sentidos, valores e contradições, atravessada por condições concretas de produção. Nessa mesma direção, Aguiar e Ozella (2013) contribuem ao sustentar a análise das significações como via privilegiada para apreender como os professores interpretam e ressignificam suas práticas em contextos institucionais marcados por tensões. Magalhães (2021), ao enfatizar a dimensão subjetiva dos processos de inclusão escolar, reforça que a docência inclusiva se constrói no entrecruzamento entre políticas públicas, condições objetivas de trabalho e esforços cotidianos de reinvenção da prática pedagógica.

Nesse horizonte teórico, Aguiar e Ozella (2015) propõem os Núcleos de Significação como um instrumento metodológico capaz de apreender, de forma dialética, os sentidos e significados presentes nas produções discursivas dos sujeitos. Tal proposta assegura coerência entre os pressupostos do método histórico-dialético e os procedimentos analíticos adotados, ao articular diferentes etapas de análise identificação das unidades de sentido, agrupamento em núcleos temáticos e interpretação do movimento contraditório entre eles. Esse percurso analítico permite superar leituras fragmentadas da realidade e captar a totalidade dinâmica dos fenômenos educacionais, mostrando-se especialmente fecundo para investigações sobre formação docente e inclusão, ao revelar as contradições sociais subjacentes às práticas pedagógicas.

A literatura também converge ao indicar que as mediações institucionais e as práticas colaborativas entre professores do ensino comum e do Atendimento Educacional Especializado constituem elementos centrais para a efetivação da inclusão. Marchesini e Valentini (2022) demonstram que a fragilidade dessas mediações tende a produzir isolamento profissional e fragmentação das ações pedagógicas. Em contrapartida, Capellini e Zerbato (2019) apontam que experiências de ensino colaborativo apresentam potencialidades quando há intencionalidade institucional e condições objetivas que sustentem o trabalho conjunto. Nesse contexto, Perão e Cunha (2021) reforçam que a articulação entre AEE e ensino comum está diretamente relacionada à organização institucional do trabalho pedagógico e à circulação sistemática das informações educacionais.

Por fim, os estudos analisados evidenciam que a organização e a circulação das informações pedagógicas configuram mediações institucionais decisivas para a continuidade do trabalho inclusivo. Fernandes e Massaro (2020) mostram que a ausência de registros compartilhados, de planejamento



conjunto e de canais formais de comunicação compromete o acompanhamento pedagógico dos estudantes público-alvo da Educação Especial. De modo convergente, Silva (2024) aponta que a dificuldade de comunicação entre professores do AEE e docentes da sala comum reforça a responsabilização individual do professor especializado, fragilizando a corresponsabilização coletiva e a continuidade das ações educativas. Assim, compreender a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva implica analisar, de forma articulada, os fundamentos legais e históricos do campo, as políticas e suas apropriações no cotidiano institucional, a formação docente e, de modo central, as mediações institucionais e informacionais que estruturam o trabalho pedagógico e influenciam as significações produzidas pelos professores sobre a inclusão e sobre suas próprias práticas.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica integrativa, de abordagem qualitativa, cujo objetivo foi analisar produções acadêmicas que discutem a Educação Especial na perspectiva inclusiva, com ênfase nas mediações institucionais, nas práticas docentes e nos processos de organização e circulação das informações pedagógicas relacionadas ao atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial, bem como evidenciar as contribuições da Psicologia Sócio-histórica para a compreensão das práticas pedagógicas e das significações produzidas pelos professores no contexto escolar.

A revisão bibliográfica foi conduzida a partir de buscas sistematizadas em bases de dados amplamente reconhecidas na área da Educação, a saber: Portal de Periódicos da CAPES, SciELO e Google Acadêmico. A escolha dessas fontes justifica-se por sua relevância acadêmica e por possibilitarem amplo acesso a produções científicas nacionais, especialmente artigos revisados por pares, dissertações e teses, favorecendo a identificação de tendências, recorrências temáticas e lacunas de investigação no campo da Educação Especial na perspectiva inclusiva.

As estratégias de busca foram orientadas por descritores diretamente relacionados ao objeto de estudo, contemplando termos como Educação Especial inclusiva, práticas docentes, formação de professores, mediações institucionais e organização e circulação das informações



pedagógicas, utilizados de forma isolada e combinada, conforme as especificidades de cada base. O Google Acadêmico foi empregado como fonte complementar, com o objetivo de ampliar o alcance do levantamento e localizar produções relevantes eventualmente não indexadas nas demais bases, sem, contudo, constituir o corpus exclusivo da análise.

O levantamento bibliográfico foi orientado por uma perspectiva teórico-metodológica ancorada na Psicologia Sócio-histórica, fundamentada nos aportes de Vigotski (2007) e aprofundada por Aguiar e Ozella (2013; 2015) e Bock *et al.* (2021). Esse referencial orientou tanto a definição dos descritores quanto a seleção das produções analisadas, ao compreender que os processos de produção de sentidos e significações docentes são histórica e socialmente mediados, constituindo-se nas condições concretas de trabalho e nas mediações institucionais que atravessam o cotidiano escolar.

Foram adotados como critérios de inclusão produções acadêmicas alinhadas ao objeto da revisão, publicadas em bases de dados selecionadas, que dialogassem com Educação Especial na perspectiva inclusiva, formação de professores, práticas pedagógicas e mediações institucionais, especialmente no que se refere aos processos de registro, sistematização e circulação de informações pedagógicas relacionadas ao atendimento aos estudantes Público-alvo da Educação Especial.

Foram excluídos textos que, embora recuperados nas buscas, não apresentavam relação direta com o foco temático da revisão ou não contribuíam para a delimitação conceitual e analítica pretendida, bem como duplicidades identificadas entre bases.

A seleção ocorreu em etapas. Inicialmente, realizou-se a busca nas bases definidas, seguida de leitura exploratória de títulos e resumos, com o objetivo de verificar aderência ao escopo do estudo. Em seguida, procedeu-se à leitura integral dos textos selecionados, buscando assegurar coerência temática e densidade conceitual para sustentar a análise. O processo permitiu identificar recorrências, tensões e contribuições teóricas relevantes para a compreensão das práticas docentes e das mediações institucionais vinculadas à inclusão escolar, compondo um conjunto de referências que fundamenta a discussão desenvolvida no artigo.

A análise do material bibliográfico foi orientada pelos pressupostos da Psicologia Sócio-histórica, considerando que as práticas pedagógicas e os processos institucionais relacionados à inclusão escolar se constituem historicamente e são atravessados por contradições e mediações.



A leitura reiterada e abrangente do conjunto dos textos analisados possibilitou a identificação de eixos de discussão relacionados: (I) aos marcos legais e às tensões entre normativas e condições concretas do trabalho docente; (II) à formação docente e às implicações para a consolidação de práticas inclusivas; (III) às mediações institucionais e às possibilidades/limites da colaboração entre ensino comum e AEE; e (IV) à organização e circulação de informações pedagógicas como dimensão estruturante da continuidade do trabalho inclusivo. A síntese foi construída de forma interpretativa e articulada, visando apresentar tendências, lacunas e desafios evidenciados pela literatura.

Por fim, cumpre registrar que esta revisão bibliográfica constitui base teórico-analítica para a etapa subsequente da pesquisa no âmbito do mestrado profissional, na qual se prevê a produção de informações por meio de questionário inicial e entrevistas semiestruturadas, com análise orientada pela proposta dos Núcleos de Significação (Aguiar; Ozella, 2013; 2015), preservando-se, neste artigo, o caráter estritamente bibliográfico do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise da literatura revisada evidencia que a inclusão escolar, embora amplamente respaldada por marcos legais e normativos, ainda se concretiza de forma desigual no cotidiano das escolas públicas. Os estudos analisados convergem ao apontar que os principais desafios da educação inclusiva não se restringem ao acesso dos estudantes público-alvo da Educação Especial às classes comuns, mas dizem respeito à qualidade das práticas pedagógicas, à organização do trabalho docente e às condições institucionais que sustentam (ou fragilizam) o processo de escolarização.

No que se refere à formação docente, a produção científica indica que muitos professores se percebem pouco preparados para atuar em contextos inclusivos, especialmente no que diz respeito à adaptação curricular, ao acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes e à articulação com os serviços especializados. Lopes et al. (2023) destacam que a formação inicial e continuada ainda ocorre de forma fragmentada, o que contribui para práticas pedagógicas isoladas e para a insegurança docente frente às demandas da inclusão. Esse cenário reforça a compreensão de que a inclusão não se efetiva apenas por meio de normativas, mas exige processos formativos contínuos e contextualizados à realidade da escola.



Outro aspecto recorrente na literatura diz respeito ao papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Os estudos analisados apontam que, embora o AEE seja reconhecido como um serviço fundamental para apoiar a escolarização dos estudantes público-alvo da Educação Especial, sua efetividade depende da articulação com o trabalho desenvolvido na sala regular. Perão e Cunha (2021) ressaltam que a atuação do AEE deve ser complementar e integrada à proposta pedagógica da escola, evitando práticas paralelas que reforcem a fragmentação do trabalho educativo. A ausência de diálogo sistemático entre os profissionais emerge, assim, como um fator que dificulta a continuidade das ações inclusivas.

A literatura também evidencia que a organização e a circulação das informações pedagógicas constituem um ponto sensível no processo de inclusão escolar. Embora nem sempre tratada de forma explícita, a dificuldade de acesso a registros pedagógicos, a descontinuidade das informações e a fragmentação dos acompanhamentos aparecem de maneira transversal nos estudos, indicando que esses elementos impactam diretamente a prática docente e o acompanhamento dos estudantes ao longo de sua trajetória escolar. Tais aspectos reforçam a necessidade de compreender a inclusão como um processo coletivo, que demanda articulação entre profissionais, setores e tempos escolares.

À luz da Psicologia Sócio-histórica, esses resultados podem ser compreendidos como expressões das mediações institucionais e das condições concretas de trabalho que atravessam a atividade docente. Conforme Aguiar e Ozella (2013), os sentidos atribuídos pelos professores às suas práticas não são individuais, mas se constituem nas relações sociais e nas contradições presentes no contexto em que atuam. Assim, as dificuldades apontadas pela literatura não podem ser interpretadas como falhas individuais dos docentes, mas como produções históricas e sociais que se materializam no cotidiano escolar.

Nesse sentido, a análise dos estudos revisados permite compreender que a inclusão escolar se constrói em um campo de tensões, no qual se articulam políticas públicas, formação docente, organização institucional e significações produzidas pelos professores. A leitura integrada desses trabalhos evidencia que fortalecer práticas inclusivas implica não apenas investir em formação, mas também repensar os modos de organização do trabalho pedagógico e os processos de sistematização das informações que sustentam o acompanhamento dos estudantes.



Dessa forma, os resultados desta revisão teórica indicam que a compreensão das significações docentes constitui um caminho potente para analisar os desafios da inclusão escolar. Ao considerar o ponto de vista dos professores e as mediações que atravessam sua prática, torna-se possível avançar na construção de propostas formativas e organizacionais mais coerentes com a realidade da escola pública e com os princípios da educação inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar, por meio de uma revisão bibliográfica integrativa, as contribuições teóricas que discutem a Educação Especial na perspectiva inclusiva, a formação docente e os processos de organização e circulação das informações pedagógicas no contexto da educação básica. A literatura analisada evidencia que a efetivação da inclusão escolar não se limita à existência de marcos legais ou à ampliação do acesso à escolarização, mas depende de mediações institucionais que favoreçam práticas colaborativas, a continuidade do acompanhamento pedagógico e a circulação qualificada das informações educacionais.

Os estudos revisados indicam que a fragmentação informacional, associada às lacunas na formação docente e às condições concretas de trabalho, compromete a efetivação de práticas inclusivas e reforça a responsabilização individual dos professores. Sob a perspectiva da Psicologia Sócio-histórica, tais desafios são compreendidos como processos social e historicamente mediados, nos quais se constroem significações que orientam a prática docente e a organização do trabalho pedagógico.

Os resultados desta revisão constituem o fundamento teórico-metodológico para a próxima etapa da pesquisa de mestrado, que envolverá a coleta de dados empíricos junto a professores da educação básica de uma rede municipal de ensino, por meio de questionário exploratório e entrevistas semiestruturadas. Essa etapa terá como finalidade apreender as significações docentes acerca dos processos de organização e circulação das informações pedagógicas relacionadas ao atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial, aprofundando a compreensão das mediações institucionais que atravessam o cotidiano escolar. Espera-se que a articulação entre a revisão teórica e a análise empírica contribua para a construção de proposições formativas



e para o fortalecimento de práticas inclusivas mais integradas, éticas e comprometidas com a diversidade.

AGRADECIMENTOS

Este artigo se constitui a partir de reflexões fundamentadas sobre os desafios da educação inclusiva no cotidiano escolar. Agradeço à minha orientadora, pela condução ética, sensível e rigorosa deste percurso formativo e investigativo. À Prefeitura Municipal de Taubaté, pelo incentivo à formação continuada e pelo compromisso com a educação pública, que tornam possível o desenvolvimento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; OZELA, Sérgio. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significado. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 299-322, jan./abr. 2013.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; OZELA, Sérgio. Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 155, p. 56-75, abr. 2015. DOI: 10.1590/198053146088. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/2818>.

BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair (Orgs.). *Psicologia sócio-histórica: contribuições à leitura de questões sociais*. São Paulo: EDUC; PIPE, 2021.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. *Lei nº 13.146*, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; ZERBATO, Ana Paula. *O que é o ensino colaborativo*. 1.ed. São Paulo: Edicon, 2019.

COELHO, Caroline Pugliero et al. Educação especial inclusiva: histórico legislativo e contexto escolar, diálogos necessários. *Revista Educação e Políticas em Debate*, Uberlândia, v. 441-458, jan./abr. 2023.

FERNANDES, Juliana Medeiros; MASSARO, Munique. Desafios e contradições de professores da Paraíba sobre a inclusão e o atendimento educacional especializado. *Olhar de Professor*, Ponta Grossa, v. 1-16, 2020.

LOPES, Raphaella Duarte Cavalcante et al. Formação docente sobre inclusão escolar: revisão integrativa. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, pág. 1-24, 2023.

MAGALHÃES, Luciana de Oliveira Rodrigues. *A dimensão subjetiva dos processos de inclusão escolar no movimento da Pesquisa-Trans-Formação*. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A hora e a vez da educação inclusiva. *Revista Educação e Família*, São Paulo, n. 5, pág. 42-45, 2003.



MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar*: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2011.

MARCHESINI, Paula; VALENTINI, Carla Beatris. Articulação entre Educação Especial e ensino comum: entre desejos e impedimentos, a busca por uma parceria. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, v. 13, e48111335053, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i13.35053>.

PERÃO, Renata Andrade; CUNHA, Virgínia Mara Próspero da. O atendimento educacional especializado: um complemento na formação dos alunos da educação especial. *Revista Docente Discunt*, v. 77-89, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.19141/2763-5163.docentdiscunt.v2.n2.p77-89>.

REIS, Marcos Ribeiro; COUTINHO, Diógenes José Gusmão. Histórico da educação especial e inclusiva no Brasil. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 2725-2736, dez. 2024.

SILVA, Naiane Cristina; CARVALHO, Beatriz Giro Enes. Compreendendo o processo de inclusão escolar no Brasil na perspectiva dos professores: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 293-308, abril/jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382317000200010>.

SILVA, Osni Oliveira Noberto da. Dificuldades da prática pedagógica de professores que atuam com atendimento educacional especializado. *Educação, Ciência e Cultura*, Canoas, v. 2, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.18316/recc.v29i2.10754>.





fapeti

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO



UNITAU
Universidade de Taubaté